

A SOCIEDADE COLONIAL DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII: AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE RETÓRICA ANTIGA PARA A COMPREENSÃO DO SISTEMA IDEOLÓGICO COLONIAL.

Thissiane FIORETO (UFGD)

RESUMO: Definir o perfil do letrado do início do século XVIII e depreender, compreender e discutir as circunstâncias de escrita da época e os preceitos que norteavam essa produção. Esse é o objetivo deste trabalho que, fundamentado em pesquisa realizada com base em método filológico, analisa um texto de 1724, produzido para a Academia Brasílica dos Esquecidos, primeira agremiação de caráter histórico-literário do Brasil Colônia. Com essa pesquisa constata-se uma orientação retórica de escrita, que revela o conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas e religiosas que formavam o sistema ideológico do autor e da sociedade da época.

RESUMEN: Definir el perfil del letrado del principio del siglo XVIII y deprender, comprender y discutir las circunstancias de la escrita de la época y los preceptos que norteaban esa producción. Ese es el objetivo de este trabajo que, fundamentado en pesquisa realizada en método filológico, analiza un texto de 1724, producido para la primera agremiación de carácter histórico-literario del Brasil Colonia. Con esa investigación se constata una orientación retórica de escrita, que revela el conjunto de convicciones filosóficas, sociales, políticas y religiosas que formaban el sistema ideológico del autor y de la sociedad de la época.

1. Introdução

Um locutor clássico e erudito, fluente e apreciador do latim, obediente a Deus e fiel aos preceitos doutrinários do catolicismo, um homem comprometido com o poder constituído. Esse é o perfil do letrado do início do século XVIII, que fazia parte da ABE – Academia Brasílica dos Esquecidos, primeira agremiação de caráter histórico-literário do Brasil Colonial.

Essa agremiação foi fundada com a intenção específica de escrever uma História Oficial da América Portuguesa, embora a notícia de sua fundação mencione “a carência de talentos literários de que sofria a Bahia” (CASTELLO, 1969-1971, v. 1, t. 1., p. 3):

O Excelentíssimo Senhor Vasco Fernandes César Meneses incomparável Vice-Rei do Estado do Brasil, que no seu ínclito nome traz vinculada com a profissão de ilustrar as armas, a propensão a honrar as letras, para dar a conhecer os talentos que nesta província florescem, e por falta de exercício literário estavam como desconhecidos, determinou instituir uma Academia (...)

Para a escrita oficial desta História foram escolhidos os eruditos da Colônia, os chamados “letrados”, homens eruditos de formação humanística e clássica e, principalmente, comprometidos com o poder constituído, pois a Coroa Portuguesa concedia todo o subsídio necessário para esse registro; prova disso é que as conferências foram todas realizadas na Corte.

Entretanto, como podemos fazer tais afirmações? Tais afirmações só são possíveis após pesquisa realizada com base em método filológico, que teve o intuito de depreender, compreender e discutir, com base no estudo do texto escrito, as circunstâncias de escrita da época e os preceitos que norteavam essa produção. A referida pesquisa culminou na Dissertação de Mestrado, intitulada *Retórica e argumentatio: Uma disputa entre Mem de Sá e Cururupeba*, defendida na Faculdade de Ciências e Letras de Assis/ UNESP, sob a orientação do Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes, em junho de 2005.

Para a investigação proposta, utilizou-se um texto datado de 1724, que tem por nome *Da pena que deu o Governador Mem de Sá às arrogâncias do soberbo Cururupeba* (In: CASTELLO 1969-71, p.81-95, volume 1, tomo V), composto por Luís de Siqueira da Gama para a Academia Brasílica dos Esquecidos. Esse texto faz parte do conjunto de textos intitulado *Dissertações de História Política*, produzido pelo autor com a finalidade de registrar a “História Política da América Portuguesa”, uma vez que essa sociedade de letrados

foi criada com o objetivo de escrever a História da América Portuguesa¹ em quatro modalidades: natural, militar, eclesiástica e política. Para esse intento foram escolhidos, respectivamente, Caetano de Brito e Figueiredo, Inácio Barbosa Machado, Gonçalo Soares da Franca e Luis de Siqueira da Gama².

O texto em análise trata da pena (ou castigo) escolhida por Mem de Sá para punir o índio Cururupeba por suposta atitude de arrogância ao governo português; nele o autor procura persuadir seu público, por meio de um discurso coeso e rico em recursos argumentativos, de que o “clemente e benévolo” governante agiu de modo sensato e coerente com os preceitos políticos, éticos e morais vigentes na época, quando castigou o rebelde índio.

É por meio, então, de um minucioso exame do texto, sob os princípios da Retórica Antiga, que analisamos *o que foi escrito e em que condições foi escrito*, podendo assim corroborar a afirmação inicial. Pelas marcas deixadas no texto podemos compreender a ideologia do autor, ou seja, podemos depreender e entender qual era “o conjunto de convicções filosóficas, sociais, políticas, etc. do indivíduo e de seu grupo” (HOUAISS, 2001, p. 1565). Tais marcas deixam explícita a erudição do autor, bem como a sua religiosidade católica e a obediência ao poder constituído, que formavam o sistema ideológico do autor e da sociedade da época.

Deste modo, nas páginas que se seguem, nosso intuito é apresentar as marcas deixadas pelo autor no texto que denotam e justificam a afirmação inicial a respeito do perfil do letrado do início do século XVIII e do sistema ideológico vigente naquele momento histórico.

2. Circunstâncias de produção

Inácio Barbosa Machado, contemporâneo e “sócio” de Luís de Siqueira da Gama, relata as circunstâncias de produção textual no Brasil Colonial do início do século XVIII, especialmente na ABE, expondo as dificuldades de escrita encontradas pelos eruditos da Colônia naquele momento., como, por exemplo, a falta de tempo e de livros.

Porem como no obséquio dos Príncipes, tudo se facilita, e quaisquer embaraços antes se estimam do que se temem, para ser maior o sacrifício de os vencer; não obstante as graves dificuldades, que me podiam acobardar o ânimo, agora executará a *obediência*, o que não desempenharia uma grande capacidade. *Sem talento pois, sem estudos, sem tempo, sem livros*, melhores as armas para esta guerra, e *sem os outros requisitos pa esta empresa* me arrojo ao seu maior empenho desprezando os sustos de qualquer perigo, e servindo de impulso soberano, o *gosto do nosso Protector excelso*, diante de quem direi... (In: MORAES, 1999, v 2., fólio 8, p. xiv)

Pelas palavras de Barbosa Machado verifica-se também, além das dificuldades de produção, a tutela da Coroa Portuguesa, expressa por ele ao citar “*nosso Protector excelso*”, o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, que entre outras coisas cedeu seu Palácio para a realização das 18 sessões acadêmicas quinzenais da Academia, realizadas entre 23 de abril de 1724 a 04 de fevereiro de 1725. Essa tutela marcará os textos da agremiação e sob ela também se encontra Siqueira da Gama.

O Desembargador e Ouvidor Geral Civil Luís de Siqueira da Gama, autor do texto em análise, ao lado dos demais membros da Academia, era homem erudito, de formação humanística e clássica. Sua formação deixa marcas indeléveis em seu texto, propiciadas pelo seu modo de escrever, incluindo seu vocabulário e seu modo de estruturar o texto.

Gama tinha o encargo de registrar a História da América Portuguesa na modalidade Política. Ora, a característica primordial de um relato histórico é a verdade e, se o mestre primava por escrever esse tipo de relato, além de bem escrever como prescreviam os preceitos retóricos vigentes, deveria ser correto e exato em seus escritos. Entretanto, como fazer isso? Como deixar registros confiáveis de valor histórico para a posteridade? Para dar legitimidade à sua narrativa, o acadêmico recorria, então, ao exemplo. No entanto, como prescreve ainda a Arte Retórica, este não poderia ser um simples exemplo, deveria, antes, ser um

¹ Esclarecemos que, ao nos referirmos ao objetivo da ABE – escrever a *História da América Portuguesa* – não estamos fazendo qualquer menção a obra de Sebastião da Rocha Pita. (PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976).

² As Dissertações de História Natural, Eclesiástica e Política encontram-se publicadas em CASTELLO, J. A. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo, 1969-71. v.1, t.5 enquanto as de História Militar encontram-se em MORAES, C. E. M. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado (Literatura Brasileira). São Paulo: FFLCH – USP, 1999, 2 v.

exemplo que trouxesse em si o peso da autoridade, constituída pelo conhecimento amplo do exemplo escolhido.

Verifiquemos o trecho a seguir.

Não menos vigorosas, são as resultâncias do suplício; pois na execução da pena o delinqüente se reforma, o virtuoso se edifica, o perverso se amedronta, e vive com segurança a República: Cururupeba preso reduziu a tanta consternação os mais Índios seus apaziguados, que humildes, e medrosos rogavam ao Céu como grande ventura terem a felicidade de se restituírem à obediência dos Portugueses: São Cipriano disse que o castigo de poucos, era melhor exemplo de muitos, e por isso os Romanos praticavam discretos que acontecendo no seu exército alguma vez delinqüir-se contra as leis da honestidade logo mandava sortear os criminosos e no soldado sobre que caía o azar, de ser décimo em um número, também caía sobre sua garganta o horrível cutelo da justiça, vindo a pagar com a própria vida, não só a pena de sua culpa, mas também a malícia dos sócios igualmente réus, porém melhor sucedidos, pois sendo todos cúmplices do delito não eram semelhantes na satisfação do crime; e advertiu M. Túlio, que políticos usaram os Romanos deste sorteamento, para que o medo chegasse a todos, e só alguns padecessem o rigor acerbo do castigo mais exemplar. (CASTELLO, 1969-1971, v.1, t.5, p.83)

Quando Siqueira da Gama, após narrar um fato, precisa conferir-lhe o peso da autoridade, recorre sempre aos exemplos e citações de nomes consagrados em diversas áreas do saber, especialmente na Arte Retórica. No trecho do texto em destaque, o autor relata que o índio Cururupeba foi preso com a intenção de que o castigo individual refreasse a rebeldia dos demais índios. Para que isso fosse aceito, Gama recorreu a Cícero, mesmo exemplo de que se valeu São Cipriano. Ora, os exemplos tomados pelo autor gozam do peso da autoridade, uma vez que São Cipriano foi exemplo, com base na fé abraçada pelos portugueses, e reconhecido pela Igreja Católica como grande historiador eclesiástico, enquanto Marco Túlio Cícero, o grande advogado e orador entre os romanos, origem do direito Ocidental, era reconhecido por sua eloquência.

Siqueira da Gama prossegue na comprovação de seu raciocínio ao citar Quintiliano, procurando conferir legitimidade ao ato do Governador Mem de Sá.

E sem dúvida que por este motivo discorreu *Quintiliano* quando disse, que a pena não pertencia mais ao delito, do que ao exemplo; porquanto justamente considerou, que amedrontados os homens com o terror do suplício, executado no delinqüente, não se animariam intrépidos a cometerem outras tais culpas, porque devem-se pagar maiores ou semelhantes penas... (CASTELLO, 1969-1971, v.1, t.5, p.84)

Nestes e em outros trechos do texto, encontramos sempre a recorrência a nomes consagrados, quer da História, quer da Arte Retórica, quer do Catolicismo. Percebemos, então, que essa necessidade de atribuir legitimidade à afirmação, recorrendo sempre ao peso da autoridade, levou o autor a utilizar um vocabulário peculiar, para o qual elaboramos um breve glossário, que faz parte da dissertação de mestrado fruto desta pesquisa. (FIORETO, 2005, p. 159-168).

Neste breve ideário, encontramos palavras que podem ser agrupadas segundo três grandes temas: religião católica, história (antiga e contemporânea) e mitologia. O primeiro grupo de palavras é composto por termos ligados ao catolicismo, o segundo por termos históricos e o terceiro por termos referentes à mitologia greco-latina.

2.1. O mundo católico

Sabemos que o Brasil herdou de seus colonizadores, entre outras coisas, a religião. Católicos convictos, os portugueses deixaram (e por que não dizer *impuseram*?) aos seus colonizados a fé e a doutrina católica com todos os preceitos e rituais que lhe são característicos. No entanto, percebemos nos textos a referência não apenas a uma “fé”³ católica, mas principalmente a uma “ideologia” católica, por isso, engana-se quem pensar que o texto tem algum caráter espiritual ou devocional.

A marca desse pensamento deixada nos textos ocorre nos momentos em que o autor toma como exemplo as palavras de santos católicos. Esses santos tomados como exemplos gozam de grande prestígio e

³ Adotamos aqui o conceito de crença, confiança, devoção pessoal a Deus.

são reconhecidos por sua cultura e erudição, pois, na maioria das vezes, são citados os grandes santos doutores da Igreja Católica e não aqueles de devoção popular. No trecho seguinte, encontramos recorrência a um grande nome do pensamento católico.

... a balança tem duas conchas, e diz *Santo Agostinho*, que estas devem servir a justiça, e a misericórdia; profira e pese o juiz a sentença contra o delinqüente pela balança e concha da justiça mas contrapese, e modifique a pena do delito, com piedade, e compaixão na outra concha da misericórdia, e isto para que? Continua profundamente o mesmo *Fênix da África*; para que com o justo equilíbrio da razão castigue uns crimes pela aritmética da justiça, e outros perdoe pela geometria da clemência. (CASTELLO, 1969-1971, v.1, t.5, p.94)

Quando Siqueira da Gama argumenta sobre a clemência que deve existir na justiça para explicar a ação do Governador Mem de Sá, recorre ao que disse o sábio Agostinho de Hipona. Santo Agostinho é reconhecido como grande pensador e doutor da Igreja Católica, mestre em Retórica e considerado expoente cultural do mundo ocidental, não sendo conhecido pelos católicos como um santo devocional, mas como um pensador católico.

É necessário observarmos, ainda, que quando o autor usa a expressão *Fênix da África* para denominar Santo Agostinho, não só revigora a idéia de um Agostinho sábio e ponderado, mas reforça o seu próprio argumento, uma vez que juntando os termos *Fênix* e *da África* constrói um novo sintagma e uma nova expressão. A referência a Santo Agostinho o torna alguém conciliador e que defende a moderação, pois o Fênix mitológico foi conselheiro de Aquiles em Tróia, mediador e reconciliador entre este e Agamemnom; foi quem acalmou Aquiles, aconselhando-o à moderação. Desta forma, o argumento é reforçado pela expressão, pois é justamente a idéia de um Governador conciliador e moderado que o autor defende.

2.2. Compromisso com a História

O segundo tema do ideário é composto por termos históricos, que pode ser subdividido em dois grupos: os termos referentes à História Antiga e os termos referentes à História Contemporânea. Nessa perspectiva, elencamos, no primeiro subgrupo, mais de trinta termos que nos remetem à Antigüidade, como, por exemplo, o filósofo Aristóteles, o imperador romano Domiciano e o poeta latino Ovídio. Já no segundo subgrupo encontramos apenas cinco termos. Esses números são expressivos por dois motivos: o conhecimento do mundo antigo e o registro da história contemporânea.

Na leitura realizada, pudemos perceber que Siqueira da Gama recorre, com frequência, a grandes nomes, locais e feitos da Antigüidade Clássica. Essa escolha pelos clássicos, característica dos escritos da Academia Brasileira dos Esquecidos, demonstra um grande conhecimento do mundo clássico, perfeito para emulação e fonte de legitimidade.

Nos parágrafos seguintes, extraídos do texto escolhido para análise, encontramos várias referências ao mundo antigo.

Para este fim, e exemplo dos mais, religiosíssima a Antigüidade na observância do castigo; não só o executa nos homens facinorosos, mas ainda nos homens brutos, e o que mais é, que também justificava os insensíveis.

No *Pritâneo de Atenas*, assim como se singularizava aos beneméritos com a suprema honra de lhes dar de comer todos os dias no Senado, assim também *Demóstenes* conta, que ali se julgavam os homicídios, que faziam alguns insensíveis; e refere *Suídas* que caindo a *estátua de Nicôneo* o premiara mortalmente um homem, e que seus herdeiros seguindo a acusação, fôra condenada, e submergida a estátua no mar: e ponderou *Tornero*, que esta sentença não fora destituída de razão. (CASTELLO, 1969-1971, v.1, t.5, p.84)

Ainda quando trata do castigo dado por Mem de Sá ao índio Cururupeba, o autor toma vários termos que nos chamam a atenção, como *Pritâneo de Atenas*, *Demóstenes*, *Suídas*, *estátua de Nicôneo* e *Tornero*⁴. Esses termos da Antigüidade eram tomados com a finalidade de conferir legitimidade ao registro da História Contemporânea feito pelo autor, na comparação com exemplos daquele tempo. O autor registra a História Contemporânea quando conta a atitude do Governador Mem de Sá com o índio Cururupeba⁵, mas para

⁴ Termos ligados a Antigüidade Greco-Romana.

⁵ Personagens da História do Brasil Colonial, portanto, alvo da História Política composta por Siqueira da Gama.

conferir legitimidade a essa escrita faz citação, por exemplo, de *Suda* (grafada como *Suídas* no texto por causa da grafia da época), nome de um grande léxico ou enciclopédia grega, compilada aproximadamente no final do século X e contendo muitos verbetes valiosos sobre a literatura e a história gregas.

As citações da Antigüidade Clássica trazem em si, ainda, o peso da autoridade ideal e a demonstração de erudição, lugar comum nos escritos da Academia.

2.3. Mitologia greco-romana

Já no terceiro grupo, encontramos os termos referentes à mitologia greco-romana, entre os quais figuram os mais importantes e conhecidos deuses, como, por exemplo, Apolo, Diana, Mercúrio, Minerva e Vênus. Sabemos que há uma forte ideologia católica que norteia o texto, na verdade, um catolicismo que é muito mais científico do que devocional; todavia, não parece contraditória a citação de deuses gregos e romanos num texto de uma sociedade católica? Não é esta uma instituição monoteísta? Isso não entraria em choque com o politeísmo (e até paganismo na visão cristã) da sociedade greco-romana?

A mitologia greco-latina, além de ser uma das manifestações mais fascinantes das civilizações antigas, tem sua importância capital para o conhecimento da Antigüidade, do sentimento religioso, dos princípios éticos, da mentalidade e das instituições desses povos, sendo classificada como um eficaz instrumento de conhecimento do mundo antigo. Sendo assim, os termos mitológicos utilizados com frequência pelo autor servem para adornar o texto e atestar a erudição e o conhecimento de mundo de seu autor. A recorrência à mitologia não demonstra em momento algum uma crença; antes serve de afirmação à religião católica, desempenhando função alegórica no discurso.

Logo na introdução da Dissertação Histórica, o autor arrola vários deuses, mas sem deixar de enfatizar a ideologia católica que norteava seu pensar e escrever.

Inumeráveis foram os fabulosos Deuses que reverenciou idólatra a barbaridade do Gentilismo, a *Saturno* atribuíram os Mitológicos a agricultura, *Apolo* a medicina, a *Júpiter* o poder, a *Hércules* o valor, a *Marte* a guerra, a *Mercúrio* a eloquência, a *Vulcano* o fogo, a *Zéfiro* o ar, a *Cibele* a terra, a *Netuno* as águas, a *Vênus* a formosura, a *Nemesis* a justiça, a *Minerva* a ciência, a *Ceres* a abundância, a *Juno* a riqueza, e a *Diana* a castidade: não só para as virtudes fingiram ídolos dos poetas mas até aos vícios construíram altar os licenciosos... (CASTELLO, 1969-1971, v.1, t.5, p.81)

Siqueira da Gama cita os deuses com a intenção primeira de condenar a prática daqueles que ele denomina ‘gentios’ (denominação dada pelos dicionários àqueles que não foram batizados, ou seja, aos pagãos), e essa escolha pelo termo *gentilismo* denuncia a ideologia católica. Já a intenção segunda, que podemos também denominar como implícita ao ato de escrever, é a de adornar o texto demonstrando erudição e conhecimento da Antigüidade Clássica. Por isso, a recorrência à mitologia greco-romana não se torna incoerente com a ideologia do texto, mas ratifica a formação erudita e clássica do autor, sendo assim coerente com seus propósitos.

3. Conclusão

Dessa forma, pudemos compreender as escolhas vocabulares feitas pelo autor que, além de serem frutos da ideologia da sociedade da época, demonstram uma orientação retórica de escrita vigente na Academia Brasileira dos Esquecidos.

Essa orientação retórica é comprovada, sobretudo, pela estruturação do texto de Siqueira da Gama. Nele encontramos, além de um modelo argumentativo essencialmente retórico, pautado na refutação e na confirmação, uma estruturação textual que confirma o seguimento de preceitos retóricos, como, por exemplo, o uso bem definido das partes de um discurso - o proêmio ou prólogo, a narração, a argumentação, a partição e a peroração.

Essa orientação retórica, que tem suas fontes em Aristóteles (ARISTÓTELES, s/d), faz com que o texto possua uma estrutura argumentativa recorrente (no caso em questão, argumentação com provas intrínsecas e lógicas, recorrente a exemplos de autoridade, em sua maioria), valendo-se sempre de determinados tipos de exemplos, como já exposto. Esses exemplos eram escolhidos propositalmente, eram frutos de uma escolha pautada no pensamento que norteava a escrita dessa agremiação, pensamento clássico expresso em modelo retórico.

Sendo assim, a erudição do autor é demonstrada em termos de conteúdo e forma, uma vez que Siqueira da Gama consegue conjugar com maestria forma e conteúdo, construindo um texto coeso e adequado aos preceitos de escrita da época.

Os padrões de escrita do seu tempo impunham que o bom texto respeitasse os padrões retóricos, e são exatamente estes padrões que documentam a estruturação do texto analisado, juntamente com a recorrência às provas sob o peso da autoridade e o uso da língua latina, língua da ciência e da cultura no período. Entretanto, essas prescrições não se limitam à forma, também delimitam o conteúdo, ainda mais quando demarcado pela intenção primeira do texto, que era a escrita da História Oficial da América Portuguesa. Essa delimitação do conteúdo é perceptível pelas escolhas vocabulares feitas.

Como já observamos a recorrência ao mundo clássico irá conferir legitimidade ao texto e atestar a erudição do letrado. Já a orientação católica, que permeia o texto, será notada em muitos momentos, não só na escolha do vocabulário, mas também na dos exemplos, do mesmo modo que o comprometimento com o poder constituído é reconhecido desde o título até o final do texto, em que o autor se preocupa incessantemente em defender e abrandar a atitude do Governador Mem de Sá.

Isso prova que a sociedade colonial vivia baseada no mundo erudito e clássico, mesmo que para isso necessitasse ignorar o mundo “brasileiro” que existia a sua volta e “importasse cultura”, recorrendo sempre ao que era alheio à própria cultura, uma vez que ao índio não era atribuído qualquer valor (embora fosse estratégico reconhecer nele o inimigo valoroso, o que se faz atribuindo-lhe força física). Esse talvez seja o reflexo do culto ao estrangeirismo que sempre se experimentou no Brasil.

Uma sociedade católica que cumpre preceitos rígidos e que é submissa ao poder constituído, sem mostrar qualquer questionamento, quer seja com a religião, quer seja com o governo - esse é o ambiente das sessões da ABE, na qual se insere a dissertação em análise.

É preciso que atentemos ainda para o fato de que, além de escrever um capítulo da História Política Oficial do Brasil Colônia, seu intuito primeiro, a finalidade do autor ao compor seu discurso era também a construção de uma imagem institucional e institucionalizada. Essa imagem é delineada, no decorrer do discurso, quando o orador descreve Cururupeba, o índio, como sendo um animal feroz, forte e desobediente, sem qualquer cultura e religião, enquanto Mem de Sá é descrito como o Governador justo e benévolo, religioso e bondoso, que castiga com a única intenção de remissão e regeneração do indígena.

Ao delinear a imagem destas duas personagens que protagonizam o discurso, o orador põe em destaque a imagem tecida dos portugueses (brancos) e dos indígenas pela sociedade da época. Uma imagem que é institucional, porque representa o pensamento da Academia, instituição que vê o índio como pagão, inculto e dominado e o branco como cristão, culto e dominador.

Ora, o texto em questão foi composto para a recitação no meio acadêmico e o pensamento expresso de Siqueira da Gama é o pensamento de seus pares. Por isso, o texto em análise pode ser tomado como o registro da ideologia vigente no período, uma vez que a Academia significava, naquele momento, o único centro irradiador de cultura e de saber da Colônia, destinado à elite colonial. Atrelando as circunstâncias de produção de escrita já expostas, às informações dadas pelo orador no discurso, compreendemos que, na verdade, o discurso em análise é produto de um sistema de idéias vigentes num determinado meio (Academia Brasílica dos Esquecidos), num determinado momento (início do século XVIII), representando o que pensava a elite brasileira colonial, ou seja, é fruto de uma ideologia determinada.

Ao comprometer-se em registrar um capítulo de História para a ABE, Siqueira da Gama, talvez até sem se dar conta disso, não registra o episódio ocorrido entre um índio e um Governador, mas deixa registrado o modo de produção da época e, conseqüentemente, a ideologia daquele momento. Por esse motivo, a imagem que é institucional passa a ser institucionalizada, quando observamos que o pensamento vigente na Academia era o pensamento da sociedade da época, e cristalizou-se até nossos dias, pois é inegável o papel de dominador e dominado incorporado, respectivamente, por portugueses (brancos) e índios.

Em nenhum momento do discurso Cururupeba, ícone do indígena, ganha *status* de indivíduo ou cidadão, mas é sempre descrito como um animal que precisa ser dominado, colonizado e catequizado, enquanto que ao Governador Mem de Sá, ícone dos portugueses, não adquire ares arrogantes ou inescrupulosos em qualquer momento do discurso, mas é sempre descrito como alguém superior, que detém força e cultura.

Por esse motivo, podemos afirmar que Luís de Siqueira da Gama compõe um discurso de natureza laudatória, cumprindo com maestria seu intuito de tecer uma imagem e registrar um momento histórico, levando em consideração, principalmente, o registro de um modo de pensar e escrever do Brasil Colonial. Sendo assim, o alvo do louvor não é ao índio ou ao Governador, mas sim a Coroa Portuguesa.

Em conclusão, afirmar que o letrado do início do século XVIII é um homem clássico e erudito, fluente e apreciador do latim, obediente a Deus e fiel aos preceitos doutrinários do catolicismo, um homem comprometido com o poder constituído é, na verdade, apontar para a ideologia da sociedade do período colonial e constatar, por meio da análise do texto, com base em método filológico, que as raízes da sociedade brasileira estão assentadas no louvor e na submissão ao poder constituído, seja ele de qualquer ordem. Isso, com certeza, mostra-nos um capítulo da nossa História e, conseqüentemente, ajudando-nos a compreender melhor o Brasil que temos (e somos) hoje.

4. Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Arte Retórica e Arte Poética*. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

CASTELLO, J. A. *O movimento academicista no Brasil 1641-1820/22*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo, 1969-71. v.1, t.5.

HOUAISS, Antônio et alii. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MORAES, C. E. M. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil Colonial*. Tese de Doutorado (Literatura Brasileira). São Paulo: FFLCH – USP, 1999, 2 v.

IORETO, T. *Retórica e Argumentatio: uma disputa entre Mem de Sá e Cururupeba*. Dissertação de Mestrado. Assis: FCLAs – UNESP, 2005.